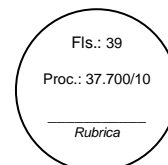




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



**Processo nº:** 37.700/10  
**Jurisdicionada:** Câmara Legislativa do Distrito Federal  
**Assunto:** Aposentadoria  
**Ementa:** Concessão de aposentadoria a José Luiz Bergamaschi, no cargo de Auxiliar Legislativo-Categoria Auxiliar Gráfico, Classe C, Padrão 15, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, de acordo com o ato publicado no DCLDF de 16.09.10.  
Decisão nº 6.076/12: Cumprimento de diligência.  
Decisão nº 934/14: Sobrestamento  
Conclusão do Processo nº 10.623/10.  
A SEFIPE sugere ter por cumprida a decisão, levantamento do sobrestamento, ilegalidade da concessão e determinação.  
Ministério Público converge com adendo.  
Voto parcialmente convergente, acrescido do adendo ministerial.

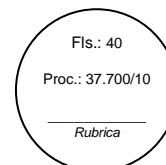
## RELATÓRIO

Examina-se, nos autos o processo da concessão de aposentadoria a José Luiz Bergamaschi, no cargo de Auxiliar Legislativo-Categoria Auxiliar Gráfico, Classe C, Padrão 15, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, de acordo com o ato publicado no DCLDF de 16/09/10.

O Corpo Técnico manifestou-se por meio da Informação de fls. 29 a 32 reproduzida a seguir:

Mediante a Decisão nº 6076/12 (fl. 12), foi determinada a realização de diligência nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), para que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada: I - juntar aos autos do processo apenso a certidão de tempo trabalhado em condições especiais (acréscimo de 2266 dias contados para fins de aposentadoria, fl. 47-v - apenso), expedida ou homologada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev, em conformidade com as alíneas "I" e "m" da Decisão nº 6.611/2010; II – corrigir no demonstrativo do tempo de serviço e no abono provisório (fls. 47 e 48 – apenso) o percentual do



ATS para 28%, considerando para esse fim o tempo averbado de 3970 dias acrescido a 6260 dias prestados à CLDF.

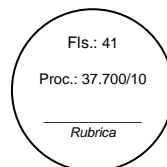
4. Em atendimento ao item “I” da Decisão nº 6076/12, o órgão informou que o Iprev se negou a homologar a certificação do tempo especial, sob a alegação de que a concessão se deu antes da Decisão nº 6611/10, e que a Procuradoria Geral do DF havia orientado aquele Instituto a suspender as análises de certificação de tempo especial, em vista da rediscussão no Processo nº 10623/10 (fls. 64/64v.). Quanto ao item “II”, foram juntados ao apenso-aposentadoria o novo demonstrativo de tempo de serviço e o novo abono provisório (fls. 60/61).

5. Na análise do cumprimento da diligência, conforme a Decisão nº 934/14 (fl. 27), os autos foram sobrestados até a conclusão do Processo nº 10623/10, em relação ao Recurso de Revisão em face da Decisão nº 6611/10. A respeito do tema, note-se que a Corte proferiu a Decisão nº 3662/14, vazada nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – negar provimento ao recurso de revisão interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal contra a Decisão nº 6.611/10, mantendo, em todos os seus termos, a decisão atacada; II – considerar cumprida a Decisão nº 2.649/13; III – dar ciência desta decisão à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ao SindMédico-DF, ao Sindireta/DF, ao IPREV/DF e aos demais órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal; IV – autorizar o arquivamento do feito. O Conselheiro PAIVA MARTINS acompanhou a Relatora, apresentando declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto da Relatora.

6. Resolvida a discussão a respeito da contagem especial do tempo de serviço prestado em condições insalubres, retoma-se a instrução do presente feito, seguindo-se as diretrizes fixadas por meio da Decisão nº 6611/10, proferida no Processo nº 10623/10.

7. Nesse contexto, em situação semelhante, na análise do Processo nº 9402/11, esta unidade técnica teceu as seguintes considerações sobre o assunto, que foram acolhidas pelo egrégio Plenário, por meio da Decisão nº 1404/14:



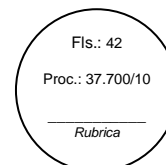
6. Sobre a contagem ponderada de tempo de serviço, o interessado relata que o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev se negou a expedir a certidão correspondente, sob a alegação de que a categoria do servidor não se enquadra na Norma Regulamentadora 15 – NR15, do Ministério do Trabalho e Emprego. Nada obstante, entende que o seu direito está amparado por jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF e que não poderia ser restringido pela negativa do Iprev, considerando-se que a CLDF atestou as condições especiais de trabalho, na forma da Lei nº 8.213/91.

7. Por sua vez, a CLDF informa que o Iprev passou a devolver os processos encaminhados para fins de homologação das certidões de tempo especial, de acordo com a orientação da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Ademais, nas concessões feitas antes da Decisão nº 6611/10, como esta tratada nos autos, o Iprev tem alegado que não lhe cabe proceder à referida certificação. Nesse contexto, entende a CLDF que não faria sentido insistir na adoção da providência descrita no item “I” da Decisão nº 2362/13.

8. Em relação à contagem do tempo de serviço especial, observa-se que, a despeito das alegações do servidor e da CLDF, os procedimentos adotados neste feito não estão de acordo com as normas legais sobre o assunto, independentemente de ser a concessão anterior à Decisão nº 6611/10. Basta citar que a CLDF “certificou”, sem qualquer competência para tanto, até mesmo o tempo de serviço supostamente prestado em condições especiais ao Departamento de Polícia Federal – DPF.

9. Ora, se a CLDF não pode certificar tempo comum prestado a outro órgão ou entidade, de quaisquer esferas, com muito mais razão não poderia certificar tempo prestado em condições especiais. Portanto, o fato da concessão ser anterior à Decisão nº 6611/10 não justifica a conduta dos responsáveis pela “certificação” do tempo de serviço ponderado prestado na área federal, que, aliás, não constou da certidão expedida pelo órgão de origem. Também não pode a CLDF se escudar na negativa do Iprev para certificar irregularmente ou manter certificação irregular de tempo de serviço. Cabe ao interessado adotar as medidas que entender adequadas à defesa dos seus direitos.

10. Com efeito, se a regra é conceder aposentadoria àqueles que comprovem o regular atendimento das exigências legais para a obtenção do benefício, neste caso, não está plenamente comprovado o atendimento dos requisitos previstos no art. 3º da EC nº 47/05 e, portanto, a



questão é resolvida pela negativa do registro da concessão pelo Tribunal de Contas.

11. Há de se destacar, no entanto, que o tempo regularmente comprovado totaliza mais de 38 anos de serviço e o servidor já completou 57 anos de idade. Assim, de acordo com o entendimento constante das Decisões nº 2356/09 (Processo nº 41000/06) e 2732/13 (Processo nº 42205/07), mostra-se viável a concessão de nova aposentadoria fundada no art. 3º da EC nº 47/05.

8. Sobre a alegação do Iprev de que a concessão em exame é anterior à Decisão nº 6611/10, recentemente, por meio da Decisão nº 4874/14 (Processo nº 12433/13), o Tribunal reiterou o entendimento de que o reconhecimento do direito à contagem do tempo especial no regime estatutário se dá a partir da data de publicação da decisão proferida no Mandado de Injunção nº 721, ou seja, a partir de 30/11/07.

9. Outro registro diz respeito ao novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal-STF sobre o disposto no art. 40, § 4º, da CRFB, conforme a decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 793144-ARE, com a seguinte ementa:

**EMENTA:**

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. PERÍODO POSTERIOR À LEI 8.112/90. ILEGITIMIDADE. PRECEDENTES.

1. Segundo a jurisprudência do STF, é incabível a pretensão de servidor público à conversão de tempo especial em comum, para fins de aposentadoria, após o advento da Lei 8.112/90, já que, para isso, seria indispensável a regulamentação do art. 40, § 4º, da Constituição Federal (ARE 724.221-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 4/4/2013; e RE 563.562-ED, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 1/7/2011).

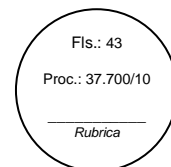
2. A Súmula Vinculante 33 garantiu aos servidores públicos o direito de aposentadoria especial, mas não tratou da matéria relativa à conversão do tempo de serviço especial em comum.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

10. De todo modo, no caso em exame, considerados os mais de 36 anos de serviço regularmente comprovados e os 59 anos de idade completados em 15/03/2014, seguindo-se o entendimento constante das Decisões nº 2356/09 (Processo nº 41000/06) e 2732/13



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



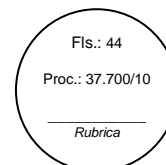
(Processo nº 42205/07), mostra-se viável a concessão de nova aposentadoria fundada no art. 3º da EC nº 47/05.

11. Pelo exposto, sugere-se:

- I) ter por cumprida a Decisão nº 6076/12 e levantar o sobrestamento determinado pela Decisão nº 934/14;
- II) considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, por falta de comprovação do atendimento ao requisito temporal;
- III) determinar o retorno dos autos em diligência para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada:
  - a) tornar sem efeito o ato concessório de aposentadoria (art. 78, X, da LODF);
  - b) em conformidade com o entendimento constante das Decisões nº 2356/09 (Processo nº 41000/06) e 2732/13 (Processo nº 42205/07), editar novo ato concessório de aposentadoria, fundamentado no art. 3º da EC nº 47/05 e no art. 44 da LC nº 769/08;
  - c) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 60 – apenso nº 001.000935/10-CLDF, para excluir a contagem especial do tempo de serviço prestado à própria CLDF, que não foi certificado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Iprev, observando-se também que o tempo de inatividade não pode ser contado para quaisquer fins;
  - d) tornar sem efeito o documento substituído.

Em seguida o *Parquet* teceu as seguintes considerações, encontradas no Parecer nº 1078/2014 – DA:

12. Expostas as considerações alvitadas pela SEFIPE, passo à análise do feito verificando, de antemão, que exsurge dos autos questão controversa atinente à contagem ponderada de tempo de serviço, decorrente do exercício de atividades insalubres, tema



inicialmente foi tratado no Processo nº 35.321/2009, no que tange ao interregno estatutário, culminado na Decisão nº 3.221/2010.

13. Posteriormente, nos autos do Processo nº 10.623/2010, também em sede de Consulta, o Tribunal apresentou esclarecimentos adicionais a respeito, na forma da Decisão nº 6.611/2010. A referida Decisão foi recentemente mantida, em sede de Recurso de Revisão, a teor da Decisão nº 3.662/2014, nos moldes realçados pela Instrução.

14. Vale registrar, por oportuno, que as Decisões nº 6.611/2010 e nº 3.662/2014 estão sendo atacadas no âmbito do Poder Judiciário, em sede de ADI, pendente de julgamento (Processo nº 2014.002.028783-4), fato que poderia ensejar novo sobrestamento da apreciação do presente feito.

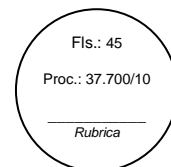
15. De outra parte, como bem frisou a Instrução, a concessão sequer deveria prosperar, visto que o IPREV não homologou a contagem ponderada correspondente.

16. De toda sorte, consoante já realçado em análise pretérita, se desprezada a referida ponderação, pelo que se extrai, o servidor ainda contará com mais de 36 (trinta e seis) anos de contribuição e atingiu a idade necessária à aposentação deferida em março/2014 (59 anos, observada a redução de idade em relação ao tempo excedente de contribuição, na forma do art. 3º da EC nº 47/2005).

17. Portanto, assiste razão à SEFIPE quanto aos fatos que convergem para a ilegalidade da concessão, sem embargo de que, com a anuência do interessado, à vista do possível contraditório e da ampla defesa, o servidor poderá obter nova aposentadoria nos moldes deferidos, com proventos integrais, mantendo-se na inatividade, em consonância com o precedente invocado pela Instrução, dentre outros.

18. Pelo exposto, opina este **Parquet** especializado pelo acolhimento da sugestão ofertada pela Unidade Técnica, com a ressalva e adendo anterior.

É o Relatório.



## **VOTO**

Examina-se, nos autos o processo da concessão de aposentadoria a José Luiz Bergamaschi, no cargo de Auxiliar Legislativo-Categoria Auxiliar Gráfico, Classe C, Padrão 15, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, de acordo com o ato publicado no DCLDF de 16/09/10.

Devida à última manifestação desta Corte, os autos foram sobrestados até a conclusão do Processo nº 10623/10, em relação ao Recurso de Revisão em face da Decisão nº 6611/10.

Em seguida, foi proferida a Decisão nº 3662/14 no âmbito daquele mesmo processo, que negou provimento ao recurso de revisão, mantendo-se os termos da Decisão nº 6611/10, e possibilitando o levantamento do sobrestamento destes autos.

O Corpo Técnico manifestou-se por meio da Informação de fls. 29 a 32 e sugeriu que se considere ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, por falta de comprovação do atendimento ao requisito temporal, pois a concessão sequer deveria ter prosperado, visto que o IPREV não homologou a contagem ponderada correspondente.

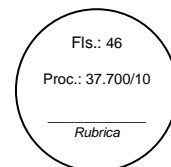
Ademais, ressaltou a Unidade Instrutiva que considerados os mais de 36 anos de serviço regularmente comprovados e os 59 anos de idade completados em 15.03.14, seguindo-se o entendimento constante das Decisões nº 2356/09 (Processo nº 41000/06) e 2732/13 (Processo nº 42205/07), mostra-se viável a concessão de nova aposentadoria fundada no art. 3º da EC nº 47/05.

O Ministério Público aquiesceu às considerações do Órgão Técnico, com o adendo de que a concessão de nova aposentadoria deve obter a anuência do interessado à vista do possível contraditório e da ampla defesa.

De fato, a contagem do tempo de serviço especial deve ser homologado pelo IPREV, independente da concessão ser ou não anterior à Decisão nº 6611/10, não podendo a CLDF certificar esta contagem em substituição ao órgão competente.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Ademais, deve o interessado ser alertado de que poderá obter nova aposentadoria nos moldes deferidos, com proventos integrais, mantendo-se na inatividade, em consonância com o precedente invocado pela Instrução.

Ante o exposto, em sintonia parcial com a Unidade Técnica e, total, com o Ministério Público, VOTO, no sentido de que o e. Plenário:

- I - tenha por cumprida a Decisão nº 6.076/12 e levante o sobrestamento determinado pela Decisão nº 934/14;
- II - considere ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, por falta de comprovação do atendimento ao requisito temporal;
- III - determine o retorno dos autos em diligência para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada:
  - a) torne sem efeito o ato concessório de aposentadoria (art. 78, X, da LODF);
  - b) elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 60 – apenso nº 001.000935/10-CLDF, para excluir a contagem especial do tempo de serviço prestado à própria CLDF, que não foi certificado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Iprev, observando-se também que o tempo de inatividade não pode ser contado para quaisquer fins;
  - c) torne sem efeito o documento substituído
  - d) alerte o interessado de que poderá obter nova aposentadoria nos moldes deferidos, com proventos integrais, mantendo-se na inatividade, em consonância com o precedente invocado pela Instrução de fls. 29 a 33.

Sala das Sessões,        de abril de 2015.

**ANILCÉIA MACHADO**  
Conselheira-Relatora